

OTUN



PLANO DE SEGURANÇA
COMUNITÁRIA
QUILOMBOLA
E AMBIENTAL
EM PRIMEIRO LUGAR

Autor: Jorlando Ferreira Rocha

Realização: Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Parceria: Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)

Diagramação: Andreia Gualberto(@andrea.gualbeerto)

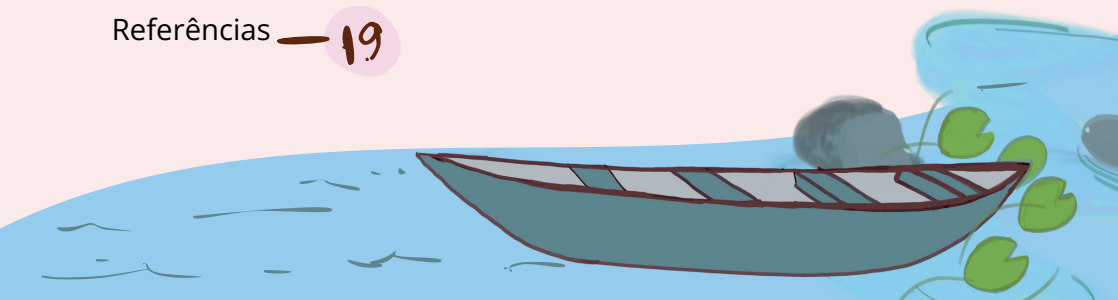


Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas



SUMÁRIO

- Apresentação. _____ 05
- As comunidades quilombolas no Brasil sempre estiveram organizadas. _____ 08
- A importância de debatermos as violências e ameaças aos Territórios Quilombolas. _____ 09
- Como e quando devemos debater a segurança Comunitária Quilombola. _____ 10
- Porque precisamos pensar na segurança de maneira comunitária? _____ 11
- O que devemos levar em consideração na segurança comunitária? _____ 12
- Segurança interna das famílias da Comunidade Quilombola. _____ 13
- Segurança externa das Comunidades Quilombolas. _____ 14
- Quem pode nos ajudar em situações de ameaça ao território? _____ 15
- Existe alguma forma de apoio para melhorar a segurança dos Territórios Quilombolas? _____ 16
- De onde viemos, para onde vamos. _____ 17
- Então vamos construir nosso plano de segurança ambiental e comunitária quilombola? _____ 18
- Referências — 19



APRESENTAÇÃO

A Cartilha **“Plano de Segurança Comunitária Quilombola e Ambiental em Primeiro Lugar”** busca debater estratégias de segurança, antes e durante o processo de regularização territorial das comunidades quilombolas do Brasil, que vêm lutando pela preservação e regularização territorial. Ou seja, um breve material para provocar a discussão do tema e estratégias coletivas.

Apesar do processo de organização social das comunidades quilombolas do Brasil existir antes mesmo da certificação e criação das associações, é importante mencionar que o processo mais violento de ameaças e morte contra às famílias, lideranças das comunidades quilombolas se intensificaram, principalmente quando essas comunidades passaram a lutar por políticas públicas básicas, de demarcação e regularização territorial. Contudo, a quantidade de comunidades quilombolas no Brasil que têm conseguido finalizar a etapa de titulação, após mais de 130 anos da abolição da escravidão, chega a ser vergonhoso para governo brasileiro.

De acordo com a CONAQ, até o momento no Brasil não há um consenso acerca do número preciso de comunidades quilombolas no país. Mas, segundo dados oficiais vindos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atualmente são 2847 comunidades Certificadas no Brasil, 1533 processos abertos no INCRA e 154 das terras quilombolas tituladas em todo o Brasil, 80% delas regularizadas pelos governos estaduais.

No estado do Tocantins, segundo o ATLAS DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS, são atualmente 52 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, organizadas em 41 associações quilombolas. Destas apenas uma tem seu território regularizado, 13 estão em diferentes etapas do processo de regularização e 25 aguardam o início do processo de regularização.

Diante de tamanhos desafios, essas comunidades, que possuem uma diversidade cultural, ambiental, social e nomes bastante diferentes, têm se aglomerado em torno de uma nomenclatura “Quilombola” e vêm se articulando também para o acesso às políticas de estado, e com isso tentar diminuir ao máximo essa desigualdade social presente nos territórios tradicionais, como reflexo também da herança do racismo. Assim, as famílias quilombolas têm criado associações para que possam lutar por políticas públicas através do enfrentamento às diversas formas de violação de direitos.

Toda essa luta travada por diversas associações quilombolas têm colocado em risco lideranças de diversas comunidades, a ponto de algumas lideranças precisarem se afastar de seus territórios. O estado brasileiro por diversos motivos, durante o processo de garantia dos direitos das comunidades quilombolas, não tem conseguido garantir a segurança das famílias que vivem há séculos em seus territórios.

Nesse sentido, este material se faz extremamente necessário, para que as comunidades quilombolas possam refletir estratégias comunitárias de segurança, que possam abolir, assim como as estratégias que levaram à abolição da escravidão, as diversas formas de violência contra esses povos em seus territórios, que há tempos deveriam ser reconhecidos e demarcados pelo estado brasileiro.

A realização desse material nasce da vivência e contato com as diversas lideranças e comunidades quilombolas do Tocantins e do Brasil a partir da minha atuação pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), desde quando estive coordenador produtivo até agora como coordenador de Território e Agrário e também do projeto OTUN.

Os depoimentos e contato com as comunidades quilombolas, principalmente no extremo norte do estado, na região do Bico do Papagaio, me despertaram para a problemática que esses territórios vêm enfrentando no Brasil por conta da lentidão do estado nos seus processos de regularização fundiária. Isso tem contaminado diversas regiões do país com inúmeros conflitos, o que me fez refletir a situação de titulação que minha comunidade está vivendo, fragilidades e as diversas estratégias de resistência que precisariam ser pensadas pelas comunidades quilombolas do Brasil para evitar determinadas situações de ameaças e conflitos.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL SEMPRE ESTIVERAM ORGANIZADAS

As comunidades quilombolas no Brasil estão distribuídas em diversas regiões do país. Isso se deu principalmente porque o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e um dos que mais colocou pessoas africanas na condição de escravizadas.

As comunidades quilombolas, após abolição da escravidão, buscaram regiões estratégicas para sua sobrevivência, próximas às serras, rios, mares, matas, regiões com uma rica biodiversidade de fauna e flora. As famílias quilombolas, que sempre sofreram no país um processo de exclusão, encontraram no coletivo uma maneira de se proteger e fortalecer.

Os quilombos brasileiros, além de terem que se adaptar em diferentes regiões, foram criando seus próprios modos de vida, produzindo uma alimentação diversificada e também agroecológica. Além disso, era estratégico para essas famílias manter sua espiritualidade, músicas, danças, culinária, sistemas de produção, construções e estratégias de proteção.

No entanto, durante todas essas décadas, desde a abolição da escravidão e seu subsequente abandono pelo estado brasileiro, os povos africanos que foram trazidos de forma violenta para cá, mesmo de regiões diferentes da África e colocados em regiões diferentes no Brasil, sempre estiveram unidos em prol dos seus objetivos.



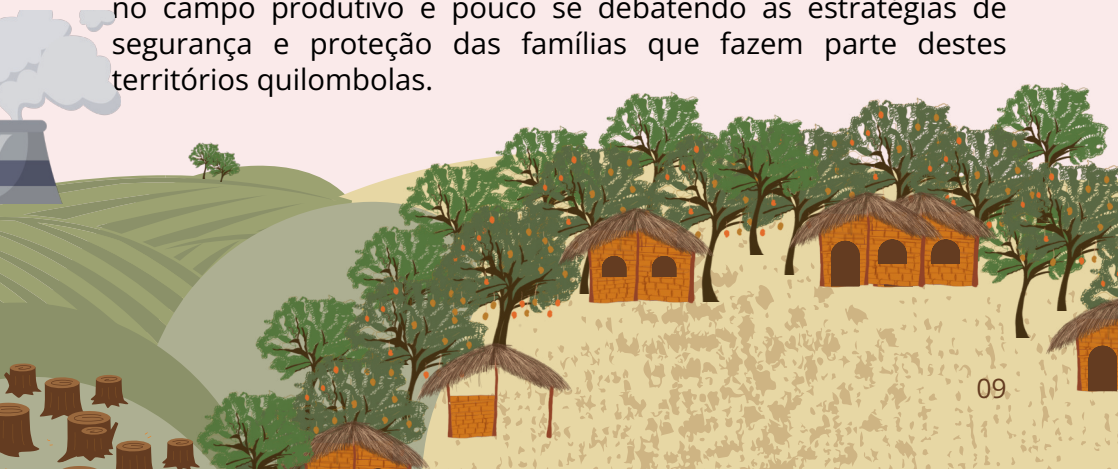
A IMPORTÂNCIA DE DEBATERMOS AS VIOLÊNCIAS E AMEAÇAS AOS TERRITORIOS QUILOMBOLAS

Apesar das comunidades quilombolas, ao longo dos tempos, criarem diversas estratégias de sobrevivência e resistência ao sistema opressor brasileiro, após abolição da escravidão, essas comunidades foram ocupando diversas regiões do país, onde “tranquilamente” poderiam realizar todos os seus modos de vida. Mesmo que isolados, sem as devidas condições de vida e políticas públicas como: educação, saúde, infraestrutura e etc.

Algumas famílias que, na ilusão, queriam ver seus filhos estudarem, acabavam mudando para a cidade se submetendo algum tipo de escravidão moderna, colocando novamente seus filhos ou filhas para serem escravizados e escravizadas, por famílias que poderiam lhe oferecer algum tipo de renda.

O que as famílias quilombolas, que sempre viveram seus modos de vida de forma isolada, sem a regularização dos seus territórios não esperavam, era o aumento populacional, que viria a invadir e prejudicar seus territórios e a expansão dos diversos tipos de agronegócio, soja, gado, cana, algodão, eucalipto, além da mineração, rodovias, ferrovias etc.

Entretanto, a pauta da **segurança dos territórios quilombolas** e de suas **populações**, pouco tem permeado as organizações que discutem políticas públicas, as organizações de base e associações, prevalecendo sempre o debate da gestão territorial no campo produtivo e pouco se debatendo as estratégias de segurança e proteção das famílias que fazem parte destes territórios quilombolas.



COMO E QUANDO DEVEMOS DEBATER A SEGURANÇA COMUNITÁRIA QUILOMBOLA

Apesar de no passado não existir as associações quilombolas, as famílias sempre formaram coletivos e grupos que debatiam sua organização para realizarem seus sistemas produtivos, celebrações, festividades, migração e proteção. As atividades que demandavam decisões coletivas eram sempre encaminhadas no coletivo.

As atividades que demandavam determinado tipo de liderança para formação de grupos estratégicos eram organizadas por lideranças que tinham afinidades por aquela atividade. No caso das atividades religiosas, eram lideradas por agentes religiosos, atividades produtivas eram lideradas por pessoas que gostavam de realizar esse tipo de atividade.

As responsabilidades eram assumidas por pessoas que tinham conhecimento, afinidade ou disponibilidade para realizarem determinado tipo de atividades. Quem gostava de trabalhar com gado ia trabalhar com gado, quem gostava de trabalhar com a pesca ia realizar atividade de pesca. Desta maneira, as famílias iam se organizando e realizando a divisão de trabalho nas celebrações, sistemas de produção, produção de instrumentos musicais, ferramentas de trabalho, de tal maneira que o trabalho coletivo dentro da comunidade ficava cada vez mais fortalecido.

No entanto, na atualidade, as comunidades quilombolas precisam debater outras estratégias de segurança como: forma de comunicação, redes sociais, **relações para dentro do território e relações para fora do território**. Identificar potencialidades e fragilidades dentro do grupo é fundamental para que possamos debater de forma coletiva as estratégias de segurança dos grupos comunitários quilombolas.

PORQUE PRECISAMOS PENSAR NA SEGURANÇA DE MANEIRA COMUNITÁRIA?

Apesar das diferenças e particularidades que existem dentro de qualquer território, nós somos os interessados em manter nossas ancestralidades, cultura, preservação ambiental, fauna e flora local, de maneira que as políticas públicas realmente cheguem nos territórios.

Quando conseguimos manter a segurança territorial, as famílias conseguem fazer com que seus filhos, esposos e esposas tenham acesso integral ao território e consigam transitar dentro e fora do território com maior segurança.

Não diferente de nossos antepassados, nossas comunidades são dotadas de pessoas com experiências e conhecimentos múltiplos, que podem contribuir de diversas maneiras na estratégia da segurança comunitária.

Assim, precisamos pensar e discutir de forma coletiva como cada pessoa pode estar contribuindo com seu conhecimento. Algumas pessoas conhecem melhor as portas de entrada e saída do território, outras conhecem melhor os meios de comunicação e, assim, podem fazer parte de grupos de *whatsapp*, por exemplo, que podem representar ameaça para as famílias e para a comunidade. Portanto, conseguir debater e construir estratégias de segurança, o quanto antes, é fundamental para evitar **conflitos internos e externos** e melhorar a segurança das famílias que vivem dentro e fora do território.



O QUE DEVEMOS LEVAR EM CONSIDERAÇÃO NA SEGURANÇA COMUNITÁRIA?

As comunidades quilombolas ao longo dos tempos foram construindo diversas relações tanto com pessoas das cidades, como com pessoas do campo.

Essas relações vão desde laços de trabalho com pessoas das comunidades, trabalhando em fazendas, comércios, prefeitura, mineradora, empregadas domésticas, dentre diversos estabelecimentos que, de alguma forma, garantem a renda e forma de vida dessas famílias e pessoas quilombolas.

Além disso, existem outras relações, que envolvem laços amorosos de pessoas da comunidade com pessoas de fora da comunidade e que, de alguma maneira, não concordam com a luta pelo território ou estão se sentindo prejudicados por “perder” seu patrimônio ou parte dele.

Outras situações que podem ser criadas, são as de pessoas de dentro do território que, com medo do que possa acontecer durante o processo de regularização, passam a apontar lideranças, no intuito de se resguardar e mostrar que está a fim de contribuir com o inimigo, para que não seja penalizado.

Essas e outras relações construídas ao longo do tempo por pessoas que fazem parte do território podem repercutir negativamente dentro e fora da comunidade, demandando das famílias quilombolas estratégias ainda mais eficazes no combate a propagação de ódio contra a comunidade. Portanto, em algum momento a comunidade quilombola irá precisar pensar estratégias internas e externas de como solucionar e evitar determinadas situações.



SEGURANÇA INTERNA DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

O conhecimento que a comunidade tem sobre as pessoas e seu território é fator preponderante para que possa de forma coletiva refletir estratégias de segurança.

Durante a construção das estratégias de segurança interna, com o mapa de seu território na mão, cabe à comunidade refletir quais são as potencialidades que pode estar articulando para garantir a proteção das famílias. Como identificar as principais portas de entrada e saída, controle ou melhor maneira de monitoramento, fragilidades internas, pontos importantes que podem colocar em risco a segurança das famílias etc. Ou, ainda, como podemos realizar a divisão de trabalho para que todos sejam responsáveis pelo monitoramento e segurança de todos.



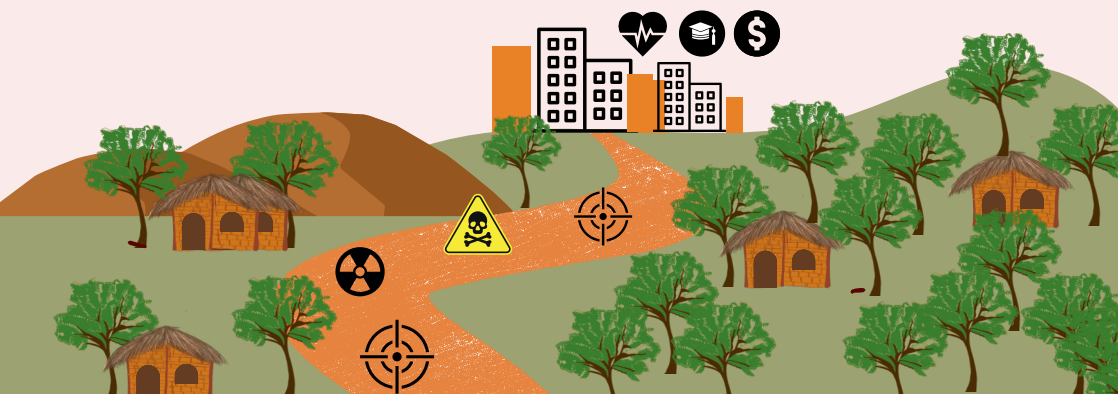
SEGURANÇA EXTERNAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Para as famílias das comunidades quilombolas, mesmo vivendo muitas vezes de forma bastante isolada das cidades, a relação com a cidade é quase que inevitável, por conta da necessidade de uma série de políticas públicas que não chegam aos seus territórios como: saúde, educação, infraestrutura, PRNA.

Além dessas necessidades básicas, as famílias precisam realizar a comercialização e compra de produtos alimentícios. Neste contexto, precisam se deslocar até a cidade para conseguir ter acesso as necessidades básicas, colocando em risco suas vidas e de seus familiares a partir do momento que saem dos seus territórios.

Portanto, pensar estratégias de monitoramento das pessoas que vivem dentro e fora do território, durante e após o processo de regularização territorial permite ampliar as estratégias de segurança das famílias quilombolas. Dentre as estratégias a serem pensadas pelas famílias e lideranças, podemos aqui destacar algumas que podem fortalecer a unidade de coletivo e reduzir pessoas como ponto focal como: evitar horários que gerem insegurança, evitar de alguma maneira andar só, manter ao máximo possível a rotatividade de pessoas que assumem liderança, demonstrando a unidade do grupo.

Em caso de não existência de uma sede de associação faz-se necessário a rotatividade de locais onde serão realizadas as atividades como reuniões ordinárias, planejamentos e afins.



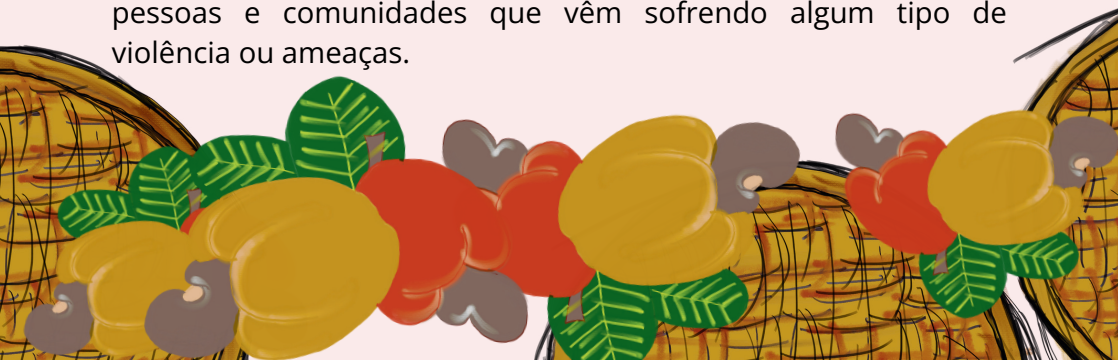
QUEM PODE NOS AJUDAR EM SITUAÇÕES DE AMEAÇA AO TERRITÓRIO?

Apesar das diversas fragilidades do estado brasileiro e as diversas violências e negligências que vêm sendo cometidas pelo mesmo com as comunidades quilombolas desde os tempos da escravidão, cabe destacar que o estado deve proteger e garantir a integridade dos povos quilombolas.

Desta maneira, as comunidades e famílias quilombolas, à medida que se sentirem ameaçadas, coagidas por qualquer que seja o motivo ou forma, devem procurar imediatamente maneiras que possam registrar a ocorrência do acontecido. Não havendo a necessidade de ir diretamente a uma delegacia, pois, hoje, esse tipo de ocorrência pode ser registrada tranquilamente pela internet, de casa, sem qualquer medo de repressão...

Caso a pessoa entenda que seja necessário o infrator responder judicialmente, deve-se fazer o pedido de abertura de processo contra o infrator, para que essa pessoa possa responder pelo acontecido.

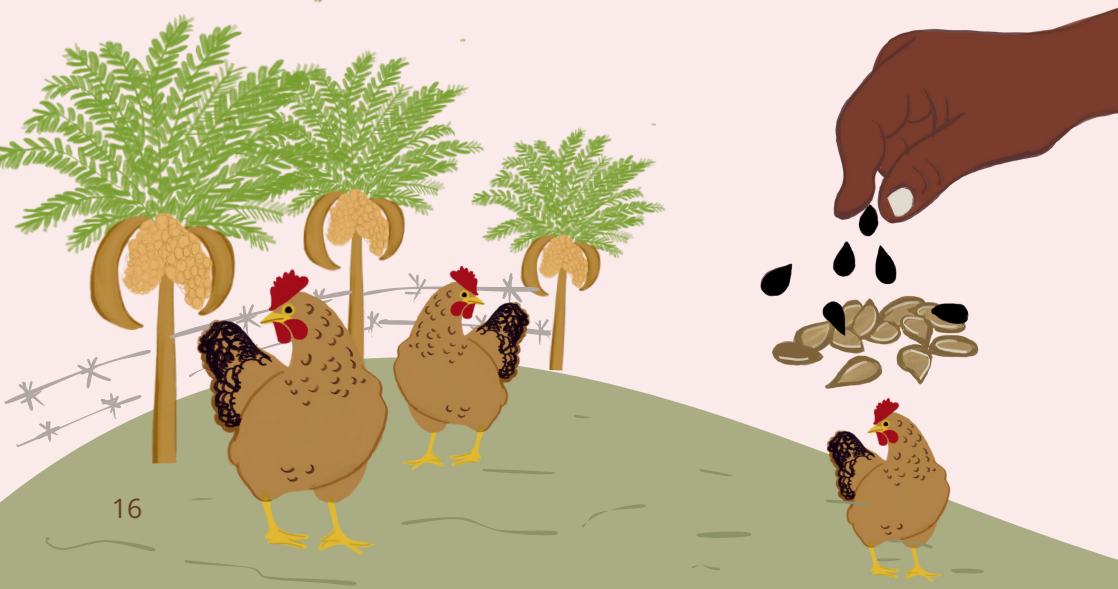
Além dos órgãos públicos que podem atuar nessas situações de ameaças e violações dos direitos, como o INCRA, MPF, DPE, Fundação Cultural Palmares, as comunidades quilombolas devem encaminhar suas demandas para as organizações de Direitos Humanos, no âmbito estadual e federal, para que as mesmas possam estar cientes da situação e assim apoiar as pessoas e comunidades que vêm sofrendo algum tipo de violência ou ameaças.



EXISTE ALGUMA FORMA DE APOIO PARA MELHORAR A SEGURANÇA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS?

No Brasil, apesar de nem todas as comunidades e famílias saberem, existem fundos criados por organizações para garantir a proteção de pessoas que vivem em situação de ameaça. Organizações, preocupadas com todas essas ameaças e situações de vulnerabilidades, criaram fundos e editais que podem ser acessados por essas pessoas e comunidades quilombolas de maneira que possam garantir a melhor seguridade das famílias que vivem dentro e fora dos territórios quilombolas.

Um exemplo é o Fundo Brasil de Direitos Humanos, que tem o “Apoio Emergencial – SOS Quilombola”, um fundo emergencial para lideranças e ativistas quilombolas. Esta é uma iniciativa do Fundo em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).



DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS

A Cartilha “Plano de Segurança Comunitária Quilombola e Ambiental em Primeiro Lugar” apresenta em uma linguagem simples, reflexões importantes de como seus antepassados quilombolas se articulavam para fortalecer seu território, enfrentar as ameaças, estratégias e como as comunidades quilombolas da atualidade podem, a partir das famílias, políticas públicas e parceiros, fortalecer os territórios quilombolas interna e externamente, reduzindo assim os conflitos e ameaças que sofrem há décadas - os impactos, tanto por parte do estado brasileiro, quanto do capital estrangeiro que tem investido no agronegócio, mineradoras, hidro negócio, etc.

Buscamos com essa cartilha fortalecer a luta quilombola no Brasil. Esta é mais uma ferramenta com intuito de que possamos nos manter firmes na luta pela titulação das nossas comunidades e assim fazermos desse país um território seguro para o nosso povo, de maneira que todos tenham os seus direitos respeitados.

ENTÃO VAMOS CONSTRUIR NOSSO PLANO DE SEGURANÇA AMBIENTAL E COMUNITÁRIA QUILOMBOLA?

- ✓ Será se agora podemos construir nosso plano de segurança comunitário quilombola?
- ✓ Vamos conversar? O que podemos conversar sobre segurança?
- ✓ Quais são nossas potencialidades e nossas fragilidades?
- ✓ Como deve ser a divisão de trabalho e quem deve participar de quê?
- ✓ Como podemos resolver os conflitos internos?
- ✓ Como podemos resolver os conflitos externos?
- ✓ Qual a melhor estratégia para nos proteger e proteger o nosso território?
- ✓ Qual o papel do poder público?
- ✓ Quais as organizações de Direitos Humanos e ambientais que conhecemos e podemos mobilizar para somar nas estratégias de segurança e proteção de nossos territórios?
- ✓ Quais outros pontos nós podemos debater sobre a nossa segurança e de nosso território?



REFERÊNCIAS

Cartilha Aquilombo Brasil, 2024

“(Des)igualdade racial no meio rural – O negro no agro brasileiro”,
Robervone Nascimento, 2023

Site da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Acesso em 09.12.2024, às 10:54
www.conaq.org.br/coletivos/terra-e-territorio

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins. Atlas de Territórios Quilombolas do Estado do Tocantins. Acesso em 09.12.2024, às 11:30
https://coeqto.com.br/arquivos/Atlas%20de%20Territ%C3%B3rios%20Quilombolas%20do%20Estado%20do%20Tocantins%20texto_compressed.pdf



coeqto

Coordenação Estadual das Comunidades
Quilombolas do Tocantins

Realização:



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas

Parceria:

